

**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE JAGUARUANA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07.22-002/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2019-PP
SERVIÇOS CONTINUADOS**

PARTICIPAÇÃO AMPLA DE INTERESSADOS

EDITAL

PREÂMBULO

O Município de **JAGUARUANA**, Estado do **CEARÁ**, através da **SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**, por intermédio da Equipe de Pregão, designada pela Portaria nº **095/2019**, de **03/07/2019**, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local indicados, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, representado pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**, mediante Regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, conforme as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, observando as disposições da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Federal 8.538/2015, Decreto 3.555, de 8 de agosto de 2000 e, subsidiariamente, Lei 8.666/93, e em conformidade com o que consta no Processo Administrativo nº 07.22-002/2019.

Data da sessão: 31/10/2019.

Horário: 8:30 AM.

Local: Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Praça Adolfo Francisco da Rocha, 404, Centro, Jaguaruana-CE, CEP 62.823-000.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de serviços de mecânicos, incluindo retífica, torno, solda, substituição de vidros, conserto de ar condicionado, reforma de estofados, funilaria e pintura, para realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos dos órgãos da Prefeitura de Jaguaruana, Estado do Ceará, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O Órgão Gerenciador deste Pregão Presencial será a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos.

2.2. Participam desta licitação, além do Órgão Gerenciador, os seguintes órgãos: Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Habitação e Segurança Alimentar.

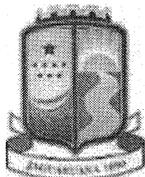
3. DAS ORIENTAÇÕES GERAIS

3.1. Em face ao valor estimado para a contratação ser superior ao limite estabelecido no Art. 48, Inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 de 7 de agosto de 2014, para o processo licitatório, será adotado o tipo de concorrência **PARTICIPAÇÃO AMPLA DE INTERESSADOS**.

3.2. As decisões da Pregoeira, no tocante à **HABILITAÇÃO**, ao julgamento da **PROPOSTA DE PREÇOS**, aos resultados de **RECURSOS** e ao resultado de **JULGAMENTO** deste Pregão Presencial, serão divulgadas mediante publicação Oficial, salvo nas hipóteses previstas no Art. 109, § 1º, da Lei n.º 8.666/93, quando a intimação será realizada diretamente aos interessados e registrada em Ata.

3.3. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas nas publicações inerentes ao processo licitatório e as especificações técnicas constantes no Anexo I - Termo de Referência deste Edital, o licitante deverá obedecer a este último.

3.4. Todas as referências de tempo indicadas no Termo de Referência, neste Edital e nos Anexos, bem como nos avisos e durante as sessões públicas, observarão o fuso horário do Estado do Ceará.



4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotações orçamentárias próprias, previstas no Orçamento do Município para o exercício de 2019, conforme abaixo:

- 4.1.1. 0601.15.122.0100.2.022, elemento de despesa 3.3.90.39.00, sublemento 3.3.90.39.19, valor estimado R\$ 552.239,90.
- 4.1.2. 0501.20.122.0100.2.014, elemento de despesa 3.3.90.39.00, sublemento 3.3.90.39.19, valor estimado R\$ 37.169,97.
- 4.1.3. 1001.12.361.0600.2.050, elemento de despesa 3.3.90.39.00, sublemento 3.3.90.39.19, valor estimado R\$ 310.546,73.
- 4.1.4. 1001.12.122.0100.2.043, elemento de despesa 3.3.90.39.00, sublemento 3.3.90.39.19, valor estimado R\$ 252.423,35.
- 4.1.5. 1201.08.122.0100.2.071, elemento de despesa 3.3.90.39.00, sublemento 3.3.90.39.19, valor estimado R\$ 50.856,65.
- 4.1.6. 1201.08.244.0202.2.081, elemento de despesa 3.3.90.39.00, sublemento 3.3.90.39.19, valor estimado R\$ 57.992,96.
- 4.1.7. 1201.08.244.0049.2.080, elemento de despesa 3.3.90.39.00, sublemento 3.3.90.39.19, valor estimado R\$ 29.897,98.
- 4.1.8. 1101.10.302.0403.2.065, elemento de despesa 3.3.90.39.00, sublemento 3.3.90.39.19, valor estimado R\$ 422.553,17.
- 4.1.9. 1101.10.301.0400.2.064, elemento de despesa 3.3.90.39.00, sublemento 3.3.90.39.19, valor estimado R\$ 130.146,59.
- 4.1.10. 1101.10.305.0408.2.069, elemento de despesa 3.3.90.39.00, sublemento 3.3.90.39.19, valor estimado R\$ 73.269,97.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO PRESENCIAL

5.1. Poderão participar deste Pregão Presencial, o interessado **PESSOA JURÍDICA**, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, cadastrado ou não no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura de Jaguaruana, que, cumulativamente, atenda às seguintes exigências:

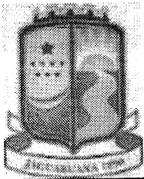
- 5.1.1. Comprove ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- 5.1.2. Apresente declaração dando ciência de que cumpre com os requisitos de habilitação exigidos neste Pregão Presencial, na forma do Art. 4º, Inciso VII da Lei 10.520/00;
- 5.1.3. Comprove idoneidade e habilitação na forma definida neste Edital.

5.2. O interessado que optar por se cadastrar perante a Equipe de Pregão, bem como aquele que apenas opte por participar sem se cadastrar, deverá apresentar, na data de entrega e abertura dos envelopes, conforme descrito no preâmbulo deste edital, em envelope fechado, todos os documentos definidos na Seção **"DA HABILITAÇÃO"**.

5.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- 5.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 5.3.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 5.3.3. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 5.3.4. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 5.3.5. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 5.3.6. Parentes do servidor ou dirigente do Órgão contratante, bem como da Equipe de Pregão, independentemente da comprovação do eventual favorecimento, com fundamento nos princípios da moralidade e da isonomia.

5.3.6.1. Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste Edital, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.



5.3.7. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

6. DA DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NESTA LICITAÇÃO

6.1. A relação de documentos necessária à participação neste Pregão Presencial é constituída conforme a seguir:

6.1.1. Documentos FACULTATIVOS:

6.1.1.1. Documentos para credenciamento, conforme definido na Seção "DO CREDENCIAMENTO"; e

6.1.1.2. Declaração de Enquadramento como ME/EPP, para interessados que desejem usufruir do tratamento simplificado que dispõe a Lei Complementar 123/2006, conforme definidos neste Edital.

6.1.2. Documentos OBRIGATÓRIOS:

6.1.2.1. Declaração que cumpre os requisitos de habilitação;

6.1.2.2. Proposta de Preços, conforme definido na Seção "DA PROPOSTA DE PREÇOS"; e

6.1.2.3. Documentos de habilitação, conforme definido na Seção "DA HABILITAÇÃO".

6.2. A não apresentação da Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação implicará a não participação do licitante nesta Licitação.

6.3. A não apresentação da Declaração de Enquadramento como ME/EPP não impede a sua participação, apenas importa a renúncia do tratamento simplificado que dispõe a Lei Complementar 123/2006.

6.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

6.5. Os conjuntos de documentos relativos à HABILITAÇÃO e à PROPOSTA DE PREÇOS deverão ser entregues separadamente, devendo os envelopes contendo a proposta de preços e a habilitação estarem fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

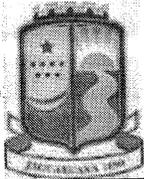
**ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2019-PP
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:**

**ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2019-PP
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ Nº**

6.6. Os documentos para Credenciamento, a Declaração de Enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparado, e a Declaração que cumpre os requisitos de habilitação, devem ser entregues diretamente à Equipe de Pregão, na data e horário marcados para a sessão, conforme descrito no preâmbulo deste Edital.

6.7. Será admitido o encaminhamento da documentação de que trata este Edital, por via postal ou similar, com comprovação mediante Aviso de Recebimento – AR, bem como a entrega diretamente na Sala da Comissão Permanente de Licitação de Jaguaruana, caso o licitante opte por não designar um representante legal para participar da sessão pública, desde que entregues antes do horário marcado para a abertura da sessão, conforme descrito no preâmbulo deste Edital.

6.8. Na hipótese de remessa por via postal ou por meio de pessoa indicada pelo licitante, o ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS, lacrado e rubricado no seu fecho, o ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, lacrado e rubricado no seu fecho, as declarações e demais documentação, deverão ser acionados em invólucro único, que deverá ser também lacrado e rubricado no seu fecho, observando a ordem de documentos que deverá conter em cada envelope, e enviados/entregues no seguinte endereço:



A/C Equipe de Pregão de Jaguaruana, Ceará
Praça Adolfo Francisco da Rocha, 404, Centro, Jaguaruana-CE, CEP
62.823-000
Ref.: Documentos Para Participação no Pregão Presencial Nº 042/2019-PP
Data da Sessão: 31/10/2019
Horário da Sessão: 8:30 AM
Razão Social:
CNPJ:

6.9. Os envelopes apresentados junto à Equipe de Pregão, por via postal ou por meio de pessoa indicada pelo licitante, serão considerados, para efeito de participação da sessão pública e, conseqüentemente, de análise dos documentos, tão somente aqueles cuja entrega tenha ocorrido antes do horário marcado para a abertura da sessão, conforme indicado no preâmbulo deste Edital.

6.10. Os envelopes encaminhados na forma deste subitem serão submetidos à verificação dos demais licitantes, a fim de que estes confirmem a inviolabilidade dos invólucros.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, de forma **PRESENCIAL**, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, quando o licitante, ou o seu representante, deverá entregar à Pregoeira, documentação de credenciamento, declarações, proposta de preços e documentação de habilitação.

7.2. Após aberta a sessão, não será permitida a saída dos licitantes da sala, exceto quando:

7.2.1. A Pregoeira suspender a sessão para realizar os procedimentos deste Pregão Presencial;

7.2.2. Por motivo superveniente, devidamente comprovado e autorizado pela Pregoeira; e

7.2.3. Após o encerramento dos trabalhos da sessão.

7.2.3.1. O desatendimento ao disposto neste item acarretará aplicação de sanções previstas na Legislação vigente.

7.3. A Sessão será realizada **EXCLUSIVAMENTE** para o processamento dos documentos de Credenciamento, Proposta de Preços e de Habilitação, sendo que, durante o seu decurso, não será dirimida ou discutida qualquer dúvida bem como ser prestado qualquer esclarecimento acerca do Edital e/ou das condições para a execução do objeto, uma vez que o seu prazo legal se encerra 2 (dois) dias úteis anteriores à data de realização da sessão, decaindo do direito o licitante que não o fizer dentro deste prazo, na forma do Art. 12 do Decreto 3.555 de 8 de agosto de 2000.

7.3.1. Não será aceita nenhuma documentação após a data e horário marcados para a abertura da sessão, conforme definido no preâmbulo deste Edital, a não ser aquelas solicitadas pela Equipe de Pregão aos licitantes por conta de eventual diligência.

7.3.2. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Após a abertura da sessão pública, o proponente deverá efetuar seu credenciamento junto à Equipe de Pregão.

8.1.1. O Credenciamento é a condição obrigatória para formulação de lances e para a prática de todos os atos deste Pregão Presencial.

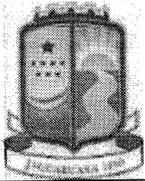
8.2. Poderá ser credenciado o licitante interessado ou o seu representante legal.

8.2.1. Para o Credenciamento, deverá ser apresentada a seguinte documentação:

8.2.1.1. **Quando feito por titular da empresa licitante:**

8.2.1.1.1. Documento de identificação oficial do Licitante Interessado;

8.2.1.1.2. Ato Constitutivo acompanhado de eventuais aditivos, podendo serem substituídos pelo consolidado, caso este seja o último ato modificado no histórico de constituição, no qual estejam



expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.2.1.2. Quando feito por representante legal designado pela empresa licitante:

- 8.2.1.2.1. Documento de identificação oficial do representante designado;
- 8.2.1.2.2. Instrumento Público de Procuração ou Instrumento Particular, com firma reconhecida e com poderes para formular ofertas de preços e para praticar os demais atos pertinentes deste Pregão Presencial, em nome do representado;
- 8.2.1.2.3. Documento de identificação oficial do responsável da empresa licitante que outorgou a procuração;
- 8.2.1.2.4. Ato Constitutivo acompanhado de eventuais aditivos, podendo serem substituídos pelo consolidado, caso este seja o último ato modificado no histórico de constituição, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.3. A documentação de que trata esta seção deverá ser apresentada SEPARADA do ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, conforme definido na seção “DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”.

8.3.1. Não será aceita documentação exigida nesta seção que porventura venha a ser apresentada no ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

8.4. Cada licitante poderá credenciar apenas um representante.

8.5. Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

8.5.1. Após a fase de credenciamento, é permitida a substituição do representante legal credenciado, desde que devidamente justificada pelo licitante e autorizada pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, com a apresentação de nova procuração pública ou particular e cópia autenticada da identidade e do CPF do novo representante, que serão juntados aos autos do Processo Administrativo de Licitação.

8.6. A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a participação do licitante neste Pregão Presencial, porém impedirá o seu representante de se manifestar durante a sessão.

9. DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. A proposta de preço, apresentada no envelope nº 1, será redigida em português, impressa, rubricada em todas as suas páginas e ao final firmada pelo representante legal da empresa licitante, sem emendas, entrelinhas ou ressalvas, devendo conter:

- 9.1.1. Identificação completa do licitante e do seu representante legal, conforme modelo de proposta anexo deste edital;
- 9.1.2. Valor unitário e total dos serviços;
- 9.1.3. Descrição detalhada do objeto;
- 9.1.4. Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.2. Em nenhuma hipótese, após aberta a sessão, poderá ser alterado, por parte do Licitante, o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer outra modificação que importe a modificação dos termos originais.

9.3. Serão corrigidos automaticamente pela Pregoeira quaisquer erros de soma e/ou de multiplicação.

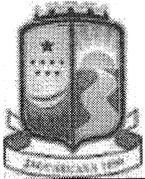
9.3.1. Em se tratando de erros de soma ou de multiplicação, será sempre levado em consideração, para efeitos de correção, o valor unitário ofertado.

9.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

9.5. Incumbirá ao licitante acompanhar todas as operações durante a sessão pública do Pregão Presencial, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de qualquer ato praticado na sessão.

9.6. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

9.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o CONTRATADO.



9.8. Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.9. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

10. DO PROCESSAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

10.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada em ata.

10.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.2. Serão classificados os autores da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço.

10.3. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, a Pregoeira classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quais que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

10.4. A classificação das propostas será pelo critério de **MENOR PREÇO**, representado pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

10.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão ofertar respeitando a ordem classificada pelas suas propostas.

10.6. **Os lances serão ofertados pelo valor do lote.**

10.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último ofertado.

10.8. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

10.8.1. Não será admitida a desistência do último lance ofertado, exceto se comprovado motivo justo pelo licitante, decorrente de fato superveniente, e aceito pela Pregoeira.

10.9. Encerrada a etapa de lances será efetivado o direito de preferência das Microempresas, Empresas de pequeno porte e equiparados, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007.

10.9.1. Nessas condições, as propostas de Microempresas, Empresas de pequeno porte e equiparados que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

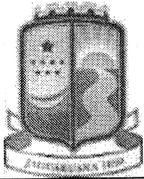
10.9.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito apresentar novo lance inferior àquele considerado vencedor deste Pregão Presencial.

10.9.3. Caso a Microempresa, Empresa de pequeno porte ou Equiparado melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes Microempresa, Empresa de pequeno porte e Equiparados que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.

10.9.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pela Microempresa, Empresa de pequeno porte e Equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.

11. DAS REGRAS DE DESEMPATE

11.1. Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.



12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

12.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verifica o de possível empate, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto   compatibilidade do preço em rela o ao estimado para cada Lote, conforme Art. 44,   3  da Lei 8.666/93, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especifica es do objeto desta licita o

12.2. Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela Administra o ou manifestamente inexecuível.

12.3. Considera-se inexecuível a proposta de preços ou menor lance que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e s lrios de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licita o não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instala es de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou   totalidade da remunera o.

12.4. Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e as condi es de habilita o, na ordem de classifica o, e assim sucessivamente, até a apura o de uma proposta ou lance que satisfaça às condi es e exigências constantes no Edital e seus anexos.

12.4.1. Ocorrendo a situa o referida neste subitem, a Pregoeira poderá negociar com a licitante para que seja obtida melhor proposta.

12.5. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando nova data e horário para a sua continuidade.

13. DA NEGOCIA O

13.1. A Pregoeira poderá apresentar contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obten o de melhor preço, vedada a negocia o em condi es diversas das previstas neste Edital.

13.1.1. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar   subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

14. DA VERIFICA O DAS CONDI ES DE PARTICIPA O E DA DOCUMENTA O DE HABILITA O

14.1. Como condi o prévia ao exame da documenta o de habilita o do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificar  eventual descumprimento das condi es de participa o, através dos seguintes procedimentos:

14.1.1. Verifica o de apresenta o da Declara o de Cumprimento dos Requisitos de Habilita o, em atendimento ao disposto no Art. 4 , Inciso VII da Lei 10.520/00;

14.1.2. Verifica o da existência de san o que impeça a participa o neste Pregão Presencial ou a futura contrata o, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.2.1. Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura de Jaguaruana;

14.1.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

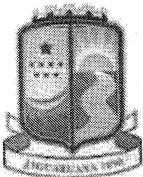
14.1.2.3. Cadastro Nacional de Condena es Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

14.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n  8.429, de 1992, que prevê, dentre as san es impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibi o de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.2.1. Da consulta, a critério da Pregoeira, poderá ser juntada documenta o de comprova o aos requisitos exigidos.

14.3. Constatada a existência de san o, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condi o de participa o.

14.4. Caso necessário, a Pregoeira poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a se reunir.



15. DA HABILITA O

15.1. Para habilita o na licita o, exigir-se-  dos interessados, cadastrados ou não no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura de Jaguaruana, documenta o relativa  :

15.2. HABILITA O JURÍDICA:

15.2.1. No caso de Empresário Individual:

15.2.1.1. Registro Público de Empresa Mercantil na Junta Comercial do domicílio sede do licitante.

15.2.2. No caso de Microempreendedor Individual:

15.2.2.1. Certificado da Condi o de Microempreendedor Individual expedido pela Receita Federal do Brasil – RFB.

15.2.3. No caso de Sociedades Empresárias ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI:

15.2.3.1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado pela Junta Comercial do domicílio sede do licitante.

15.2.4. No caso de Sociedade Simples:

15.2.4.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou  rg o Equivalente, do domicílio sede do licitante.

15.2.5. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país:

15.2.5.1. Decreto de autoriza o, e ato de registro ou autoriza o para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

15.2.5.1.1. Os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos do seu texto podendo ser substituídos, preferencialmente, pela respectiva consolida o.

15.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

15.3.1. Prova de inscri o no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

15.3.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, através de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e   D vida Ativa da União, referente   situa o do sujeito passivo no âmbito da Receita Federal do Brasil – RFB, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFB e Seguridade Social – INSS;

15.3.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

15.3.4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

15.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

15.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresenta o de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolida o das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei n  5.452, de 1  de maio de 1943;

15.4. QUALIFICA O ECON MICO-FINANCEIRA:

15.4.1. Certidão negativa de falência ou recupera o judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

15.5. QUALIFICA O TÉCNICA:

15.5.1. Um ou mais atestado de Capacidade Técnica que comprove a aptidão para a presta o dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o item ao qual está concorrendo, por meio da apresenta o de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado com firma reconhecida.

15.5.1.1. Não há obrigatoriedade de que as nomenclaturas constantes do atestado sejam idênticas   utilizada nas defini es tratadas neste Edital, contudo as informa es neles inseridas deverão ser suficientes para que se faça a aferi o da compatibilidade dos serviços com aqueles exigidos no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.



15.6. CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

15.6.1. Declara o, sob as penalidades cabiveis, de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condi o de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constitui o Federal.

16. DAS REGRAS ACESSÓRIAS DESTA LICITAÇÃO

16.1. Não serão aceitos documentos com indica o de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

16.2. Quando o contrato for executado por filial da empresa, o licitante deverá comprovar a regularidade fiscal e trabalhista da matriz e da filial.

16.3. Todas as certidões deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 30 (trinta) dias contados da data da abertura da sessão pública.

16.4. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegıveis.

16.5. Sob pena de inabilita o, todos os documentos deverão ser apresentados:

16.5.1. Na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentac o especıfica, deverão sempre ser apresentados em nome do licitante e com o número do CNPJ;

16.5.2. Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;

16.5.3. Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

16.5.4. Em original, em publica o da imprensa oficial ou em cópia autenticada na forma da Lei, exceto quando se tratarem de documentos que, por força da Lei, possuam códigos de valida es que possam ser validados através de consulta aos sıtos expedidores, dos quais serão juntados aos autos, a qualquer momento, pela Equipe de Pregão, para efeito de comprova o da consulta.

16.6. Se a menor proposta ofertada pela Microempresa, Empresa de pequeno porte ou Equiparado, e uma vez constatada a existência de alguma restri o no que tange   regularidade fiscal, esta será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicita o da Pregoeira, comprovar a regulariza o, podendo, o prazo, ser prorrogado por igual perıodo.

16.6.1. A não-regulariza o fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilita o do licitante, sem prejuızo das san es previstas neste Edital, sendo facultada a convoca o dos licitantes remanescentes, na ordem de classifica o

16.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, marcando, oportunamente, nova data e hora para a sua reabertura.

16.8. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilita o, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

16.9. No caso de inabilita o, haverá nova verifica o, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC n  123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceita o da proposta subsequente.

16.10. Da sessão pública deste Pregão Presencial divulgar-se-  Ata na forma definida na Lei.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1. Declarado o vencedor, e decorrida a fase de regulariza o fiscal de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparado, se for o caso, a Pregoeira abrir  prazo no qual qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a inten o de recorrer, indicando contra quais razões pretende recorrer e por quais motivos.

17.2. Havendo quem se manifeste, caberá   Pregoeira verificar a existência de motiva o da inten o de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

17.2.1. Nesse momento a Pregoeira não adentrar  no mérito recursal, mas apenas verificar  as condi es de admissibilidade do recurso.

17.2.2. A falta de manifesta o imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudica o do objeto da licita o pelo pregoeiro ao vencedor



17.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

18. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

18.1. A Sessão Pública será reaberta exclusivamente de forma PRESENCIAL, nas seguintes condições:

18.1.1. Quando o licitante detentor do lance mais vantajoso for inabilitado, não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, ou, ainda, quando houver erro na aceitação do preço; e

18.1.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública.

18.2. Todos os licitantes remanescentes serão convocados para acompanhar a sessão reaberta.

18.2.1. O licitante subsequente, sendo respeitada a ordem de classificação, e observadas as regras de desempate da Seção "DAS REGRAS GERAIS DE DESEMPATE", será convocado tendo por base o próprio preço que ofereceu na sessão de lances ou no de sua proposta;

18.2.2. Declarado o vencedor, o procedimento deverá ser registrado em ata e abrir-se-á novo prazo recursal, nos termos da Seção "DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS", prosseguindo-se, normalmente, com as demais fases previstas neste Edital.

18.3. A convocação poderá ser feita diretamente, por correspondência, e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

18.4. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura de Jaguaruana, sendo responsabilidade do licitante manter os seus dados cadastrais atualizados.

19. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

19.1. A proposta reajustada ao lance final do licitante vencedor, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, deve ser encaminhada, assinada na última folha e rubricada nas demais, para o e-mail licitacaojaguaruana@gmail.com, no prazo máximo de até 3 (três) dias úteis, a contar da solicitação da Pregoeira, e entregue o original na Sala da Comissão Permanente de Licitação, sito à Praça Adolfo Francisco da Rocha, 404, Centro, Jaguaruana-CE, CEP 62.823-000.

19.1.1. Só serão permitidas, na Proposta Reajustada, as seguintes alterações:

19.1.1.1. Valor Unitário do Lote;

19.1.1.2. Valor Total do Lote;

19.1.1.3. Data da Proposta Reajustada.

19.1.2. Permanecerá inalterado o restante da Proposta Reajustada, conforme Proposta Inicial apresentada, sendo que o desrespeito a esta disciplina acarretará desclassificação automática do licitante sem prejuízo das sanções aplicáveis, previstas na legislação.

20. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

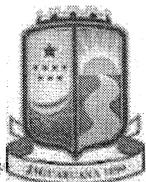
20.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela Autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

20.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

21. DO CONTRATO

21.1. Após a homologação da licitação, será firmado Contrato.

21.2. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma da Lei 8.666/93.



- 21.2.1.** O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 21.2.2.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o Órgão contratante para a assinatura Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.
- 21.2.2.1.** Os prazos previstos nos subitens anteriores poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 21.3.** Até a assinatura do Contrato, poderá ser desclassificada a proposta e/ou inabilitado o adjudicatário, caso a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos venha a ter conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.
- 21.3.1.** Ocorrendo eventual desclassificação da proposta e/ou inabilitação do adjudicatário, a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos poderá retornar à sessão pública da licitação e convocar as licitantes remanescentes, observados o disposto neste Edital e a ordem final de classificação das propostas/lances.
- 21.4.** Se o adjudicatário, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

22. DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 22.1.** O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de Empreitada por preço unitário.

23. DA ENTREGA, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 23.1.** Os critérios de recebimento, aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo deste Edital.

24. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

- 24.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Edital.

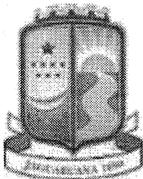
25. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 25.1.** As regras para a subcontratação são as definidas no Termo de Referência, anexo deste Edital.

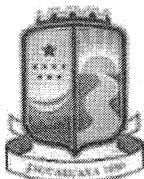
26. DO PAGAMENTO

- 26.1.** O pagamento será efetuado pelo Órgão contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo CONTRATADO.
- 26.2.** A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.
- 26.3.** O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.
- 26.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras, sendo que, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Órgão contratante.
- 26.5.** Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o CONTRATADO:

- 26.5.1.** Não produziu os resultados acordados;



- 26.5.2.** Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a quantidade mínima exigida;
- 26.5.3.** Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 26.6.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 26.7.** Antes de cada pagamento ao CONTRATADO, será realizada consulta aos cadastros pertinentes para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 26.8.** Constatando-se a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sendo que o prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Órgão contratante.
- 26.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Órgão contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 26.10.** Persistindo a irregularidade, o Órgão contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.
- 26.11.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação junto aos órgãos pertinentes.
- 26.12.** Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do Órgão contratante, não será rescindido o contrato em execução com o CONTRATADO inadimplente.
- 26.13.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 26.13.1.** O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 26.14.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Órgão contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- EM = I x N x VP, sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
- I = (TX) I = $\frac{6/100}{365}$ I = 0,00016438
- TX = Percentual da taxa anual = 6%.
- 27. DO REAJUSTE**
- 27.1.** As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.
- 28. DAS ALTERAÇÕES**
- 28.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 28.2.** O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



29. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

29.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei 8.666/93, o licitante/adjudicatário que:

- 29.1.1. Não assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 29.1.2. Apresentar documentação falsa;
- 29.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos neste Pregão Presencial;
- 29.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 29.1.5. Não manter a proposta;
- 29.1.6. Cometer fraude fiscal;
- 29.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

29.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

29.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 29.3.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 29.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Jaguaruana e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura de Jaguaruana, pelo prazo de até cinco anos;

29.4. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o CONTRATADO às seguintes penalidades:

- 29.4.1. Advertência por escrito;
- 29.4.2. Multa de mora de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato;
- 29.4.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
- 29.4.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Jaguaruana, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 29.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

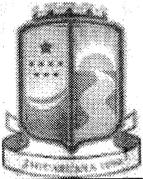
29.5. A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o CONTRATADO às seguintes penalidades:

- 29.5.1. Advertência por escrito;
- 29.5.2. Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do contrato por ocorrência, até o limite de 10% (dez por cento);
- 29.5.3. Em caso de inexecução total, multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
- 29.5.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Jaguaruana, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 29.5.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

29.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

29.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

29.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.



29.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura de Jaguaruana.

30. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

30.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

30.2. A impugnação poderá ser entregue na Sala da Comissão Permanente de Licitação, sito à Praça Adolfo Francisco da Rocha, 404, Centro, Jaguaruana-CE, CEP 62.823-000, de segunda a sexta, das 08:00h às 12:00h.

30.3. Caberá à Pregoeira decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

30.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização de Pregão Presencial.

30.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, através do telefone (88) 3418-1288 ou na Sala de Comissão de Licitação, no endereço descrito acima.

30.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Pregão Presencial.

30.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pela Pregoeira serão anexados aos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

31. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

31.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização de Pregão Presencial na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

31.2. No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

31.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

31.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

31.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

31.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

31.7. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos.

31.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

31.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

31.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, no endereço situado à Praça Adolfo Francisco da Rocha, 404, Centro, Jaguaruana-CE, CEP 62.823-000, de segunda a sexta, das 08:00h às 12:00h, no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

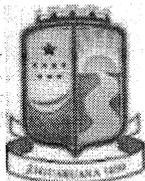
31.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

31.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

31.11.2. Anexo II – Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;

31.11.3. Anexo III - Modelo de Proposta;

31.11.4. Anexo IV - Modelo de Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal;



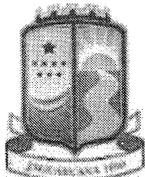
Estado do Ceará
Prefeitura de Jaguaruana
Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
Administrando Para o Povo



- 31.11.5. Anexo V – Declaração de Enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparado;
- 31.11.6. Anexo VI – Minuta de Contrato.

Jaguaruana, Estado do Ceará, 15/10/2019.


Lorena Maia Lima
Pregoeira



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE JAGUARUANA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07.22-002/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2019-PP
SERVIÇOS CONTINUADOS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços de mecânicos, incluindo retífica, torno, solda, substituição de vidros, conserto de ar condicionado, reforma de estofados, funilaria e pintura, para realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos dos órgãos da Prefeitura de Jaguaruana, Estado do Ceará, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. DO AGRUPAMENTO DOS ITENS E DA JUSTIFICATIVA

2.1. Os itens foram agrupados em lotes para atender a necessidade de padronização e afastar risco de prejuízo do conjunto, uma vez que se tratam de serviços de natureza única. Desta forma, os lotes foram montados considerando as conexões necessárias para atingir o objetivo contratual, inexistindo, nesse caso, restrição à competitividade, podendo ser prestado por diversas empresas do ramo.

2.2. Especificações:

LOTE 01 - FUNILARIA E PINTURA

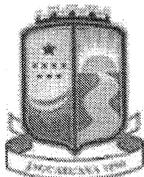
Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário estimado	R\$ Unitário total
84066	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA. Especificações: Consiste em serviços de pintura automotiva externa ou interna, com polimento, enceramento e/ou faixa de identificação do veículo, com secagem rápida e todos os outros serviços técnicos necessários;	760	HORA	193,333	146.933,08
Valor total estimado do lote:					146.933,08

LOTE 02 - MECÂNICA

Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário estimado	R\$ Unitário total
97078	SERVIÇO DE MECÂNICA, TIPO AUTOMÓVEL CATEGORIA 1. Especificações: CONSISTE EM SERVIÇOS DE MECÂNICA EM MOTOR, REPARO, MONTAGEM CAIXA DE CÂMBIO, VELAS, SISTEMA DE FREIOS E EMBREAGEMS, SERVIÇO DE SUSPENSÃO, SERVIÇO HIDRÁULICO, BOMBA INJETORA, INJEÇÃO ELETRÔNICA, BICO INJETO, TURBINA, REFERENTE SERVIÇO TIPO VEICULO LEVES, CAMIONETAS	1.545	HORA	129,333	199.819,49
97082	SERVIÇO DE MECÂNICA, TIPO AUTOMÓVEL CATEGORIA 2. Especificações: CONSISTE EM SERVIÇOS DE MECÂNICA EM MOTOR, REPARO, MONTAGEM CAIXA DE CÂMBIO, VELAS, SISTEMA DE FREIOS E EMBREAGEMS, SERVIÇO DE SUSPENSÃO, SERVIÇO HIDRÁULICO, BOMBA INJETORA, INJEÇÃO ELETRÔNICA, BICO INJETO, TURBINA, REFERENTE SERVIÇO TIPO - VANS, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E CAMINHÕES	1.290	HORA	162,000	208.980,00
84081	SERVIÇO DE MECÂNICA, TIPO MÁQUINAS PESADAS. Especificações: CONSISTE EM SERVIÇOS DE MECÂNICA EM MOTOR, REPARO, MONTAGEM CAIXA DE CÂMBIO, VELAS, SISTEMA DE FREIOS E EMBREAGEMS, SERVIÇO DE SUSPENSÃO, SERVIÇO HIDRÁULICO, BOMBA INJETORA, INJEÇÃO ELETRÔNICA, BICO INJETO, TURBINA, REFERENTE SERVIÇO TIPO - VANS, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E CAMINHÕES	400	HORA	263,000	105.200,00
Valor total estimado do lote:					513.999,49

LOTE 03 - REFORMA DE ESTOFADO

Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário estimado	R\$ Unitário total
97075	SERVIÇO DE REFORMA DE ESTOFADO VEÍCULO TIPO CATEGORIA 1. Especificações: Especificações: CONSISTE EM SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO OU CONserto DE ESTOFADOS E COBERTURA DA POLTRONA SIMPLES INTERNA DO VEÍCULO, INCLUINDO TAPEÇARIA, BEM COMO A PARTE MECÂNICA DO FUNCIONAMENTO DOS BANCOS, PORTAS, CINTOS DE SEGURANÇA, BORRACHAS DAS PORTAS E TODOS OS OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS; - CATEGORIA 1 - REFERENTE SERVIÇO TIPO VEICULO LEVES, CAMIONETAS	362	METRO QUADRA	193,000	69.866,00
97085	SERVIÇO DE REFORMA DE ESTOFADO VEÍCULO TIPO CATEGORIA 2. Especificações: CONSISTE EM SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO OU CONserto DE ESTOFADOS E COBERTURA DA POLTRONA SIMPLES INTERNA DO VEÍCULO, INCLUINDO TAPEÇARIA, BEM COMO A PARTE MECÂNICA DO FUNCIONAMENTO DOS BANCOS, PORTAS, CINTOS DE SEGURANÇA, BORRACHAS DAS PORTAS E TODOS OS OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS; - REFERENTE SERVIÇO TIPO - VANS, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E CAMINHÕES	500	METRO QUADRA	206,333	103.166,50



Estado do Ceará
Prefeitura de Jaguaruana
Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
Administando Para o Povo



84670	SERVIÇO DE REFORMA DE ESTOFADO VEÍCULO TIPO MAQUINA PESADAS. Especificações: CONSISTE EM SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO OU CONserto DE ESTOFADOS E COBERTURA DA POLTRONA SIMPLES INTERNA DO VEÍCULO, INCLUINDO TAPEÇARIA, BEM COMO A PARTE MECÂNICA DO FUNCIONAMENTO DOS BANCOS, PORTAS, CINTOS DE SEGURANÇA, BORRACHAS DAS PORTAS E TODOS OS OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS; - PA CARREGADEIRA, TRATORES, MOTONIVELADORA	40	METRO QUADRA	210,000	8.400,00
Valor total estimado do lote:					181.432,50

LOTE 04 - RETÍFICA

Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário estimado	R\$ Unitário total
97080	SERVIÇO DE RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR MOVIDOS A DIESEL CATEGORIA 1. Especificações: SERVIÇO REFERENTE VEICULO LEVES, CAMIONETAS	165	HORA	208,333	34.374,95
97084	SERVIÇO DE RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR MOVIDOS A DIESEL CATEGORIA 2. Especificações: REFERENTE SERVIÇO TIPO - VANS, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E CAMINHÕES	790	HORA	211,667	167.216,93
84668	SERVIÇO DE RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR MOVIDOS A DIESEL MAQUINAS PESADAS. Condições de pagamento:	120	HORA	318,333	38.199,96
97081	SERVIÇO DE RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR MOVIDOS A GASOLINA/ETANOL - VEICULO LEVES. Especificações: REFERENTE SERVIÇO TIPO VEICULO LEVES, CAMIONETAS	515	HORA	196,000	100.940,00
Valor total estimado do lote:					340.731,84

LOTE 05 - SOLDA E TORNO

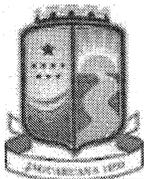
Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário estimado	R\$ Unitário total
97077	SERVIÇO DE SOLDA E TORNO, TIPO AUTOMÓVEL CATEGORIA 1. Especificações: CONSISTE TORNO E SERVIÇO DE SOLDA E/OU CONserto DE LATARIA, PÁRACHOQUES, SOLDA EM GERAL E TODOS OS OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS, REFERENTE SERVIÇO TIPO VEICULO LEVES, CAMIONETAS	420	HORA	163,333	68.599,86
97088	SERVIÇO DE SOLDA E TORNO, TIPO AUTOMÓVEL CATEGORIA 2. Especificações: CONSISTE TORNO E SERVIÇO DE SOLDA E/OU CONserto DE LATARIA, ASSOALHOS, PÁRACHOQUES, CARROCERIAS EM ALUMÍNIO (TIPO BAÚ), SOLDA EM GERAL E TODOS OS OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS; REFERENTE SERVIÇO TIPO - VANS, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E CAMINHÕES	530	HORA	176,333	93.456,49
84080	SERVIÇO DE SOLDA E TORNO, TIPO MÁQUINAS PESADAS. Especificações: CONSISTE TORNO E SERVIÇO DE SOLDA E/OU CONserto DE LATARIA, ASSOALHOS, PÁRACHOQUES, CARROCERIAS EM ALUMÍNIO (TIPO BAÚ), SOLDA EM GERAL E TODOS OS OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS;	200	HORA	178,000	35.600,00
Valor total estimado do lote:					197.656,35

LOTE 06 - SUBSTITUIÇÃO E INSTALAÇÃO DE VIDROS

Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário estimado	R\$ Unitário total
97086	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO E INSTALAÇÃO DE VIDROS AUTOMOTIVOS TIPO CATEGORIA 2. Especificações: CONSISTE NOS SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO E COM TROCA DE GUARNIÇÕES, ACABAMENTOS, BORRACHAS, APLICAÇÕES DE ADESIVOS E COLAS ESPECIALISDOS VIDROS FRONTAL, TRASEIRO E LATERAL, RETROVISORES, BORRACHAS DOS VIDROS E PORTAS, POLIMENTO DOS PARA-BRISAS (CRISTALIZAÇÃO) E TODOS OS OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS REFERENTE SERVIÇO TIPO - VANS, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E CAMINHÕES	620	HORA	126,667	78.533,54
97092	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO E INSTALAÇÃO DE VIDROS AUTOMOTIVOS TIPO CATEGORIA 2. Especificações: CONSISTE NOS SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO E COM TROCA DE GUARNIÇÕES, ACABAMENTOS, BORRACHAS, APLICAÇÕES DE ADESIVOS E COLAS ESPECIALISDOS VIDROS FRONTAL, TRASEIRO E LATERAL, RETROVISORES, BORRACHAS DOS VIDROS E PORTAS, POLIMENTO DOS PARA-BRISAS (CRISTALIZAÇÃO) E TODOS OS OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS REFERENTE SERVIÇO TIPO VEICULO LEVES, CAMIONETAS	405	HORA	131,667	53.325,14
84672	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO E INSTALAÇÃO DE VIDROS AUTOMOTIVOS TIPO MAQUINAS PESADAS. Especificações: CONSISTE NOS SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO E COM TROCA DE GUARNIÇÕES, ACABAMENTOS, BORRACHAS, APLICAÇÕES DE ADESIVOS E COLAS ESPECIALISDOS VIDROS FRONTAL, TRASEIRO E LATERAL, RETROVISORES, BORRACHAS DOS VIDROS E PORTAS, POLIMENTO DOS PARA-BRISAS (CRISTALIZAÇÃO) E TODOS OS OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS. REFERENTE PA CARREGADEIRA, TRATORES, MOTONIVELADORA	50	METRO QUADRA	134,967	6.748,35
Valor total estimado do lote:					138.607,03

LOTE 07 - MANUTENÇÃO GERAL

Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário estimado	R\$ Unitário total
97076	SERVIÇO MANUTENÇÃO GERAL EM SISTEMAS DE AR CONDICIONADO CATERIGORIA 1. Especificações: CONSISTE NOS SERVIÇOS DE REPARO DO SISTEMA DE RESFRIAMENTO DO AR DO INTERIOR DO VEÍCULO, INCLUSIVE TROCA DE GÁS, FILTROS, CONserto, HIGIENIZAÇÃO, TROCA DE COMPONENTES ELETRÔNICOS E TODOS OS OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS, REFERENTE SERVIÇO TIPO VEICULO LEVES, CAMIONETAS	453	HORA	205,000	92.865,00
97087	SERVIÇO MANUTENÇÃO GERAL EM SISTEMAS DE AR CONDICIONADO DE AUTO, CATEGORIA 2. Especificações: CONSISTE NOS SERVIÇOS DE REPARO DO SISTEMA DE RESFRIAMENTO DO AR DO INTERIOR DO VEÍCULO, INCLUSIVE TROCA DE GÁS, FILTROS, CONserto, HIGIENIZAÇÃO, TROCA DE COMPONENTES ELETRÔNICOS E TODOS OS OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS, REFERENTE CATEGORIA 2 REFERENTE SERVIÇO TIPO - VANS, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E CAMINHÕES	460	HORA	214,667	98.746,82
84674	SERVIÇO MANUTENÇÃO GERAL EM SISTEMAS DE AR CONDICIONADO DE AUTO, MAQUINA PESADAS. Especificações: CONSISTE NOS SERVIÇOS DE REPARO DO SISTEMA DE RESFRIAMENTO DO AR DO INTERIOR DO VEÍCULO, INCLUSIVE TROCA DE GÁS, FILTROS, CONserto, HIGIENIZAÇÃO, TROCA DE COMPONENTES ELETRÔNICOS E TODOS OS OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS, REFERENTE PA CARREGADEIRA, TRATORES, MOTONIVELADORA	60	HORA	213,333	12.799,98
Valor total estimado do lote:					204.411,80



LOTE 08 - ELÉTRICA

Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário estimado	R\$ Unitário total
84666	SERVIÇO ELÉTRICO, TIPO MÁQUINAS PESADAS. Especificações: Consiste no serviço de conserto de partes elétricas dos veículos (faróis, lâmpadas, condutores, comandos, setas, vidros elétricos, limpadores de para-brisa) e todos os outros serviços técnicos necessários. REFERENTE PA CARREGADEIRA, TRATORES, MOTONIVELADORA	150	HORA	168,333	25.249,95
97079	SERVIÇOS ELÉTRICO, TIPO AUTOMÓVEL CATEGORIA 1. Especificações: CONSISTE NO SERVIÇO DE CONserto DE PARTES ELÉTRICAS DOS VEÍCULOS (FARÓIS, LÂMPADAS, CONDUTORES, COMANDOS, SETAS, VIDROS ELÉTRICOS, LIMPADORES DE PARA-BRISA) E TODOS OS OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS. REFERENTE SERVIÇO TIPO VEICULO LEVES, CAMIONETAS	675	HORA	99,667	67.275,23
97083	SERVIÇOS ELÉTRICO, TIPO AUTOMÓVEL CATEGORIA 2. Especificações: CONSISTE NO SERVIÇO DE CONserto DE PARTES ELÉTRICAS DOS VEÍCULOS (FARÓIS, LÂMPADAS, CONDUTORES, COMANDOS, SETAS, VIDROS ELÉTRICOS, LIMPADORES DE PARA-BRISA) E TODOS OS OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS. REFERENTE SERVIÇO TIPO - VANS, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E CAMINHÕES	840	HORA	120,000	100.800,00
Valor total estimado do lote:				193.325,18	
Valor total estimado da contratação:				1.917.097,25	

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. Trata-se de contratação que visa a manter em perfeitas condições de uso e conservação, veículos utilizados na execução das atividades precípuas dos órgãos da Prefeitura de Jaguaruana, estado do Ceará. A demanda é estipulada para 2 (dois) anos – 2019 e 2020, tomando-se como base a média de serviços executados entre 2017 e 2018.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Serviços continuados sem mão de obra dedicada.

4.2. Os serviços a serem contratados constituem-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do CONTRATADO e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

5. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

5.1. Para a perfeita execução dos serviços, o CONTRATADO deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.1.1. Oficina especializada;

5.1.2. Mão de obra especializada, composta de, no mínimo, 2 (dois) profissionais;

5.1.3. Ferramentas, máquinas e equipamentos necessários à execução dos serviços nos seguintes modelos de veículos:

5.1.3.1. Ônibus;

5.1.3.2. Micro-Ônibus;

5.1.3.3. Caçamba;

5.1.3.4. Caminhão Pipa;

5.1.3.5. Motoniveladora;

5.1.3.6. Pá Carregadeira;

5.1.3.7. Retroescavadeira;

5.1.3.8. Trator;

5.1.3.9. Caminhonetes;

5.1.3.10. Veículos leves;

5.1.3.11. Veículos leves adaptados (ambulâncias).

6. DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O início da execução dos serviços será dado a partir da data de assinatura da Ordem de Serviço.

6.2. Os serviços serão executados conforme demandados, sendo comunicados para o CONTRATADO por meio de Ordem de Serviço aprovada e através dos meios de contato estipulados pela FISCALIZAÇÃO.

6.3. O CONTRATADO somente poderá iniciar serviços mediante a emissão de Ordem de Serviço.



6.4. Será sempre suposto que esta especificação é de inteiro conhecimento do CONTRATADO, haja vista a sua ciência como licitante, de modo a não poder incorrer em omissões às quais jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços.

6.5. O CONTRATADO fornecerá os equipamentos, os materiais, a mão-de-obra, o transporte de materiais, insumos, equipes e os custos com terceiros, necessários à plena execução dos serviços.

6.5.1. Além dos itens listados o CONTRATADO deverá se responsabilizar por todas as demais providencias que forem necessárias para a execução dos serviços, sejam providencias de caráter definitivo ou temporário.

6.6. Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos insumos, materiais e serviços aqui descritos, uma vez que os custos respectivos deverão estar incluídos nos preços unitários e/ou no global constante da proposta do CONTRATADO.

6.7. Quaisquer outros custos, diretos ou indiretos, que sejam identificados pelo licitante para a execução dos serviços deverão ser incluídos nos preços do próprio serviço e nunca pleiteados durante a sua execução com acréscimo de novos serviços.

6.8. Após a celebração do contrato, não será levada em conta qualquer reclamação ou solicitação, seja a que título for, de alteração dos preços constantes da proposta do CONTRATADO.

6.9. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações ora fornecidas não poderão, jamais, constituir pretexto para o CONTRATADO pretender cobrar "serviços extras" e/ou alterar a composição de preços unitários.

6.10. Considerar-se-á, inapelavelmente, o CONTRATADO como altamente especializado nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nas especificações, mas implícitos e necessários à perfeita e completa execução dos serviços.

7. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 2 (dois) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas do CONTRATADO, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do CONTRATADO pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO CONTRATANTE

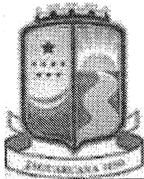
8.1. Além das responsabilidades resultantes da observância da Lei 10.520/02 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, são obrigações do Órgão contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

8.1.4. Pagar ao CONTRATADO o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;



8.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pelo CONTRATADO.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. Além das responsabilidades resultantes da observância da Lei 10.520/02 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, são obrigações do CONTRATADO:

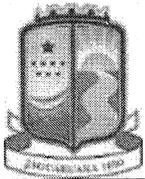
- 9.1.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 9.1.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.3.** Manter o empregado nos horários predeterminados pelo Órgão contratante;
- 9.1.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 9.1.5.** Apresentar ao Órgão contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 9.1.6.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao Órgão contratante;
- 9.1.7.** Atender as solicitações do Órgão contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.1.8.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.1.9.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao Órgão contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.1.10.** Relatar ao Órgão contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 9.1.11.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.1.12.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.13.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.14.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito



cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Administração, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

11.2. O representante da Administração deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

11.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

11.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos:

- 11.4.1.** Os resultados alcançados em relação ao CONTRATADO, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- 11.4.2.** Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- 11.4.3.** A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- 11.4.4.** A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- 11.4.5.** O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- 11.4.6.** A satisfação do público usuário.

11.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.6. O representante da Administração deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pelo CONTRATADO ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade do Órgão contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

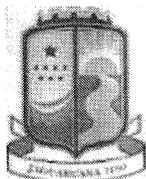
12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei 8.666/93, o licitante/adjudicatário que:

- 12.1.1.** Não assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 12.1.2.** Apresentar documentação falsa;
- 12.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos neste Pregão Presencial;
- 12.1.4.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 12.1.5.** Não manter a proposta;
- 12.1.6.** Cometer fraude fiscal;
- 12.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo;

12.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

12.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 12.3.1.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 12.3.2.** Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Jaguaruana e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura de Jaguaruana, pelo prazo de até cinco anos;



12.4. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o CONTRATADO às seguintes penalidades:

- 12.4.1.** Advertência por escrito;
- 12.4.2.** Multa de mora de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato;
- 12.4.3.** Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
- 12.4.4.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Jaguaruana, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 12.4.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

12.5. A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o CONTRATADO às seguintes penalidades:

- 12.5.1.** Advertência por escrito;
- 12.5.2.** Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do contrato por ocorrência, até o limite de 10% (dez por cento);
- 12.5.3.** Em caso de inexecução total, multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
- 12.5.4.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Jaguaruana, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 12.5.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

12.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

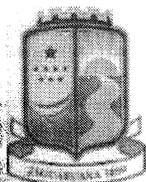
12.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura de Jaguaruana.

Jaguaruana, Estado do Ceará, 30/09/2019.


Alderício Valente Rebouças
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07.22-002/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2019-PP**

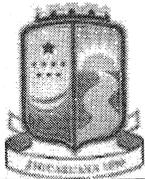
ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

.....(Nome do licitante Pessoa Jurídica)....., Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº, situada à, neste ato representada por seu representante legal o(a) Sr.(a), inscrito(a) no CPF sob o nº,
DECLARA, na forma da Lei, que está ciente e concorda com as condições previstas no Edital do Pregão Presencial nº 042/2019-PP e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos bem como que sua proposta se encontra em conformidade com as exigências do Edital.

Local e Data.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

Obs: elaborar em papel timbrado da empresa



Estado do Ceará
 Prefeitura de Jaguaruana
 Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
 Administrando Para o Povo



PROCESSO ADMINISTRATIVO N  07.22-002/2019
 PREGÃO PRESENCIAL N  042/2019-PP

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

IDENTIFICA O DO LICITANTE PESSOA JURÍDICA:

Nome:
 CNPJ
 Endereço:
 Telefone:
 E-mail:

IDENTIFICA O DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome:
 Endereço:
 Telefone:
 E-mail:

ESPECIFICA O DO OBJETO: Contrata o de serviços de mecânicos, incluindo retífica, torno, solda, substitui o de vidros, conserto de ar condicionado, reforma de estofados, funilaria e pintura, para realizar manuten o preventiva e corretiva dos veículos dos órgãos da Prefeitura de Jaguaruana, Estado do Ceará.

LOTE 01 - FUNILARIA E PINTURA

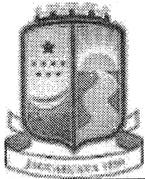
Item	Descri�o	Quant.	Unidade	R\$ Unitário	R\$ Total
84066	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA. Especifica�es: Consiste em serviços de pintura automotiva externa ou interna, com polimento, enceramento e/ou faixa de identifica�o do veículo, com secagem rápida e todos os outros serviços técnicos necessários;	760	HORA		
Valor total do lote:					

LOTE 02 - MECÂNICA

Item	Descri�o	Quant.	Unidade	R\$ Unitário	R\$ Total
97078	SERVIÇO DE MECÂNICA, TIPO AUTOMÓVEL CATEGORIA 1: Especifica�es: CONSISTE EM SERVIÇOS DE MECÂNICA EM MOTOR, REPARO, MONTAGEM CAIXA DE CÂMBIO, VELAS, SISTEMA DE FREIOS E EMBREAGEMS, SERVIÇO DE SUSPENSÃO, SERVIÇO HIDRÁULICO. SERVIÇO DE SUSPENSÃO, SERVIÇO DE FREIO A AR, SERVIÇO HIDRÁULICO, BOMBA INJETORA, INJE�O ELETRÔNICA, BICO INJETO, TURBINA, REFERENTE SERVIÇO TIPO VEICULO LEVES, CAMIONETAS	1.545	HORA		
97082	SERVIÇO DE MECÂNICA, TIPO AUTOMÓVEL CATEGORIA 2: Especifica�es: CONSISTE EM SERVIÇOS DE MECÂNICA EM MOTOR, REPARO, MONTAGEM CAIXA DE CÂMBIO, VELAS, SISTEMA DE FREIOS E EMBREAGEMS, SERVIÇO DE SUSPENSÃO, SERVIÇO HIDRÁULICO, BOMBA INJETORA, INJE�O ELETRÔNICA, BICO INJETO, TURBINA. SERVIÇO DE SUSPENSÃO, SERVIÇO DE FREIO A AR, SERVIÇO HIDRÁULICO, REFERENTE SERVIÇO TIPO - VANS, ÔNIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHÕES	1.290	HORA		
84081	SERVIÇO DE MECÂNICA, TIPO MAQUINAS PESADAS. Especifica�es: CONSISTE EM SERVIÇOS DE MECÂNICA EM MOTOR, REPARO, MONTAGEM CAIXA DE CÂMBIO, VELAS, SISTEMA DE FREIOS E EMBREAGEMS, SERVIÇO DE SUSPENSÃO, SERVIÇO HIDRÁULICO, BOMBA INJETORA, INJE�O ELETRÔNICA, BICO INJETO, TURBINA. SERVIÇO DE SUSPENSÃO, SERVIÇO DE FREIO A AR. SERVIÇO HIDRÁULICO	400	HORA		
Valor total do lote:					

LOTE 03 - REFORMA DE ESTOFADO

Item	Descri�o	Quant.	Unidade	R\$ Unitário	R\$ Total
97075	SERVIÇO DE REFORMA DE ESTOFADO VEICULO TIPO CATEGORIA 1. Especifica�es: Consiste em serviços de substitui�o ou conserto de estofados e cobertura da poltrona simples interna do veículo, incluindo tapeçaria, bem como a parte mecânica do funcionamento dos bancos, portas, cintos de segurança, borrachas das portas e todos os outros serviços técnicos necessários; - CATEGORIA 1 - REFERENTE SERVIÇO TIPO VEICULO LEVES, CAMIONETAS	362	METRO QUADRA		
97085	SERVIÇO DE REFORMA DE ESTOFADO VEICULO TIPO CATEGORIA 2. Especifica�es: Consiste em serviços de substitui�o ou conserto de estofados e cobertura da poltrona simples interna do veículo, incluindo tapeçaria, bem como a parte mecânica do funcionamento dos bancos, portas, cintos de segurança, borrachas das portas e todos os outros serviços técnicos necessários; - REFERENTE SERVIÇO TIPO - VANS, ÔNIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHÕES	500	METRO QUADRA		
84670	SERVIÇO DE REFORMA DE ESTOFADO VEICULO TIPO MAQUINA PESADOS. Especifica�es: Consiste em serviços de substitui�o ou conserto de estofados e cobertura da poltrona simples interna do veículo, incluindo tapeçaria, bem como a parte mecânica do funcionamento dos bancos, portas, cintos de segurança, borrachas das portas e todos os outros serviços técnicos necessários; - PA CARREGADEIRA, TRATORES, MOTONIVELADORA	40	METRO QUADRA		
Valor total do lote:					



Estado do Ceará
Prefeitura de Jaguaruana
Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
Administando Para o Povo



LOTE 04 - RETIFICAÇÃO

Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário	R\$ Total
97080	SERVIÇO DE RETIFICAÇÃO COMPLETA DO MOTOR MOVIDOS À DIESEL CATEGORIA 1. Especificações: SERVIÇO REFERENTE VEICULO LEVES, CAMIONETAS	165	HORA		
97084	SERVIÇO DE RETIFICAÇÃO COMPLETA DO MOTOR MOVIDOS À DIESEL CATEGORIA 2. Especificações: REFERENTE SERVIÇO TIPO - VANS, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E CAMINHÕES	790	HORA		
84668	SERVIÇO DE RETIFICAÇÃO COMPLETA DO MOTOR MOVIDOS À DIESEL MAQUINAS PESADAS. Condições de pagamento :	120	HORA		
97081	SERVIÇO DE RETIFICAÇÃO COMPLETA DO MOTOR MOVIDOS À GASOLINA/ETANOL - VEICULO LEVES. Especificações: REFERENTE SERVIÇO TIPO VEICULO LEVES, CAMIONETAS	515	HORA		
				Valor total do lote:	

LOTE 05 - SOLDA E TORNO

Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário	R\$ Total
97077	SERVIÇO DE SOLDA E TORNO, TIPO AUTOMÓVEL CATEGORIA 1. Especificações: CONSISTE TORNO E SERVIÇO DE SOLDA E/OU CONserto DE LATARIA, PÁRACHOQUES, SOLDA EM GERAL E TODOS OS OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS, REFERENTE SERVIÇO TIPO VEICULO LEVES, CAMIONETAS	420	HORA		
97088	SERVIÇO DE SOLDA E TORNO, TIPO AUTOMÓVEL CATEGORIA 2. Especificações: CONSISTE TORNO E SERVIÇO DE SOLDA E/OU CONserto DE LATARIA, ASSOALHOS, PÁRACHOQUES, CARROCERIAS EM ALUMÍNIO (TIPO BAÚ), SOLDA EM GERAL E TODOS OS OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS; REFERENTE SERVIÇO TIPO - VANS, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E CAMINHÕES	530	HORA		
84080	SERVIÇO DE SOLDA E TORNO, TIPO MÁQUINAS PESADAS. Especificações: CONSISTE TORNO E SERVIÇO DE SOLDA E/OU CONserto DE LATARIA, ASSOALHOS, PÁRACHOQUES, CARROCERIAS EM ALUMÍNIO (TIPO BAÚ), SOLDA EM GERAL E TODOS OS OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS;	200	HORA		
				Valor total do lote:	

LOTE 06 - SUBSTITUIÇÃO E INSTALAÇÃO DE VIDROS

Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário	R\$ Total
97086	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO E INSTALAÇÃO DE VIDROS AUTOMOTIVOS TIPO CATEGORIA 2. Especificações: CONSISTE NOS SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO E COM TROCA DE GUARNIÇÕES, ACABAMENTOS, BORRACHAS, APLICAÇÕES DE ADESIVOS E COLAS ESPECIALISDOS VIDROS FRONTAL, TRASEIRO E LATERAL, RETROVISORES, BORRACHAS DOS VIDROS E PORTAS, POLIMENTO DOS PÁRABRISAS (CRISTALIZAÇÃO) E TODOS OS OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS REFERENTE SERVIÇO TIPO - VANS, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E CAMINHÕES	620	HORA		
97092	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO E INSTALAÇÃO DE VIDROS AUTOMOTIVOS TIPO CATEGORIA 2. Especificações: CONSISTE NOS SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO E COM TROCA DE GUARNIÇÕES, ACABAMENTOS, BORRACHAS, APLICAÇÕES DE ADESIVOS E COLAS ESPECIALISDOS VIDROS FRONTAL, TRASEIRO E LATERAL, RETROVISORES, BORRACHAS DOS VIDROS E PORTAS, POLIMENTO DOS PÁRABRISAS (CRISTALIZAÇÃO) E TODOS OS OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS REFERENTE SERVIÇO TIPO VEICULO LEVES, CAMIONETAS	405	HORA		
84672	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO E INSTALAÇÃO DE VIDROS AUTOMOTIVOS TIPO MAQUINAS PESADAS. Especificações: CONSISTE NOS SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO E COM TROCA DE GUARNIÇÕES, ACABAMENTOS, BORRACHAS, APLICAÇÕES DE ADESIVOS E COLAS ESPECIALISDOS VIDROS FRONTAL, TRASEIRO E LATERAL, RETROVISORES, BORRACHAS DOS VIDROS E PORTAS, POLIMENTO DOS PÁRABRISAS (CRISTALIZAÇÃO) E TODOS OS OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS. REFERENTE PA CARREGADEIRA, TRATORES, MOTONIVELADORA	50	METRO QUADRA		
				Valor total do lote:	

LOTE 07 - MANUTENÇÃO GERAL

Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário	R\$ Total
97076	SERVIÇO MANUTENÇÃO GERAL EM SISTEMAS DE AR CONDICIONADO CATERIGORIA 1. Especificações: CONSISTE NOS SERVIÇOS DE REPARO DO SISTEMA DE RESFRIAMENTO DO AR DO INTERIOR DO VEÍCULO, INCLUSIVE TROCA DE GÁS, FILTROS, CONserto, HIGIENIZAÇÃO, TROCA DE COMPONENTES ELETRÔNICOS E TODOS OS OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS, REFERENTE SERVIÇO TIPO VEICULO LEVES, CAMIONETAS	453	HORA		
97087	SERVIÇO MANUTENÇÃO GERAL EM SISTEMAS DE AR CONDICIONADO DE AUTO, CATEGORIA 2. Especificações: CONSISTE NOS SERVIÇOS DE REPARO DO SISTEMA DE RESFRIAMENTO DO AR DO INTERIOR DO VEÍCULO, INCLUSIVE TROCA DE GÁS, FILTROS, CONserto, HIGIENIZAÇÃO, TROCA DE COMPONENTES ELETRÔNICOS E TODOS OS OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS, REFERENTE CATEGORIA 2 REFERENTE SERVIÇO TIPO - VANS, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E CAMINHÕES	460	HORA		
84674	SERVIÇO MANUTENÇÃO GERAL EM SISTEMAS DE AR CONDICIONADO DE AUTO, MAQUINA PESADAS. Especificações: CONSISTE NOS SERVIÇOS DE REPARO DO SISTEMA DE RESFRIAMENTO DO AR DO INTERIOR DO VEÍCULO, INCLUSIVE TROCA DE GÁS, FILTROS, CONserto, HIGIENIZAÇÃO, TROCA DE COMPONENTES ELETRÔNICOS E TODOS OS OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS, REFERENTE PA CARREGADEIRA, TRATORES, MOTONIVELADORA	60	HORA		
				Valor total do lote:	

LOTE 08 - ELÉTRICA

Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário	R\$ Total
84666	SERVIÇO ELÉTRICO, TIPO MÁQUINAS PESADAS. Especificações: Consiste no serviço de conserto de partes elétricas dos veículos (faróis, lâmpadas, condutores, comandos, setas, vidros elétricos, limpadores de para-brisa) e todos os outros serviços técnicos necessários. REFERENTE PA CARREGADEIRA, TRATORES, MOTONIVELADORA	150	HORA		



Estado do Ceará
Prefeitura de Jaguaruana
Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
Administando Para o Povo



97079	SERVIÇOS ELÉTRICO, TIPO AUTOMÓVEL CATEGORIA 1. Especificações: CONSISTE NO SERVIÇO DE CONserto DE PARTES ELÉTRICAS DOS VEÍCULOS (FARÓIS, LÂMPADAS, CONDUTORES, COMANDOS, SETAS, VIDROS ELÉTRICOS, LIMPADORES DE PARA-BRISA) E TODOS OS OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS. REFERENTE SERVIÇO TIPO VEICULO LEVES, CAMIONETAS	675	HORA		
97083	SERVIÇOS ELÉTRICO, TIPO AUTOMÓVEL CATEGORIA 2. Especificações: CONSISTE NO SERVIÇO DE CONserto DE PARTES ELÉTRICAS DOS VEÍCULOS (FARÓIS, LÂMPADAS, CONDUTORES, COMANDOS, SETAS, VIDROS ELÉTRICOS, LIMPADORES DE PARA-BRISA) E TODOS OS OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS. REFERENTE SERVIÇO TIPO - VANS, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E CAMINHÕES	840	HORA		
Valor total do lote:					
Valor total da contratação:					

VALOR DA PROPOSTA

Valor Global: R\$ _____ (_____)

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Início da execução dos serviços: A partir da data de assinatura da Ordem de Serviço, conforme definido no Edital do Pregão Presencial N° 042/2019-PP e seus anexos.

VALIDADE DA PROPOSTA:

Prazo de validade: 60 (sessenta) dias, a partir da presente data.

COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS:

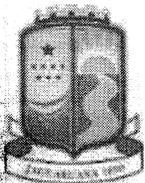
Nos preços propostos acima estão incluídas todas as despesas, frete, tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Pregão.

DECLARAÇÃO:

Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Edital do Pregão Presencial N° 042/2019-PP e seus anexos.

Atenciosamente,

Carimbo e Assinatura do Representante Legal



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07.22-002/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2019-PP**

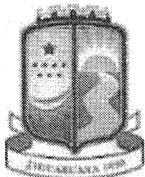
**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º,
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

.....(Nome do licitante Pessoa Jurídica)....., Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº, situada à, neste ato representada por seu representante legal o(a) Sr.(a), inscrito(a) no CPF sob o nº,
DECLARA, em atendimento ao previsto no Edital do Pregão Presencial nº 042/2019-PP, que não possui em, seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Local e Data.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

Obs: elaborar em papel timbrado da empresa



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07.22-002/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2019-PP**

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADO

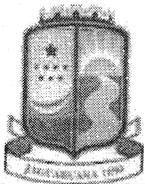
A Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, situada à, neste ato representada por seu representante legal o(a) Sr.(a), inscrito(a) no CPF sob o nº,
DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no art.3º da Lei Complementar 123/2006, e, como condição de participação no Pregão Presencial nº 042/2019-PP, que:

- a) () Enquadra-se como MICROEMPRESA-ME; ou
- b) () Enquadra-se como EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP;
- c) A receita bruta anual da empresa não ultrapassa o disposto nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar 123/2006;
- d) Não tem nenhum dos impedimentos do §4º do art.3º da mesma lei, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

Obs: elaborar em papel timbrado da empresa



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07.22-002/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2019-PP**

ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07.22-002/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2019-PP
 CONTRATO Nº**

**CONTRATO DE SERVIÇOS CONTINUADOS, QUE FAZEM
 ENTRE SI A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E
 SERVIÇOS PÚBLICOS E**

O Município de **JAGUARUANA**, Estado do **CEARÁ**, através da **SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**, com sede à **PRAÇA ADOLFO FRANCISCO DA ROCHA, 404, CENTRO, JAGUARUANA-CE, CEP 62.823-000**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.615.750/0001-17, neste ato representada pelo Sr. **ALDERÍCIO VALENTE REBOUÇAS**, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, nomeado pela Portaria nº 004/2017, de 01/01/2017, inscrito no CPF sob nº **484.819.553-53**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e....., inscrita no CPF/CNPJ sob o nº....., sediado(a) à....., doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a)....., inscrito(a) no CPF sob o nº....., tendo em vista o que consta no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07.22-002/2019** e em observância às disposições da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Federal 8.538/2015, Decreto 3.555, de 8 de agosto de 2000 e, subsidiariamente, Lei 8.666/93, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2019-PP**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços de mecânicos, incluindo retífica, torno, solda, substituição de vidros, conserto de ar condicionado, reforma de estofados, funilaria e pintura, para realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos da Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos do Município de Jaguaruana, Estado do Ceará, que serão prestados nas condições estabelecidas no Edital e demais anexos do Pregão Presencial nº 042/2019-PP.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Presencial, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

Item	Descrição dos Serviços	Quant.	Und	Valor Unitário	Valor Total

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O valor do presente contrato é de R\$ (.....).

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, iniciando-se em/...../..... e se encerrando em/...../....., podendo ser prorrogado na forma da Lei 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas com a contratação correrão por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s)....., classificação econômica....., relativa(s) ao exercício financeiro de....., previstas na Lei.....



5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo CONTRATADO.

5.2. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

5.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras, sendo que, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos.

5.5. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o CONTRATADO:

5.5.1. Não produziu os resultados acordados;

5.5.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.5.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.7. Antes de cada pagamento ao CONTRATADO, será realizada consulta aos cadastros pertinentes para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.8. Constatando-se a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sendo que o prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos.

5.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.10. Persistindo a irregularidade, a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.

5.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação junto aos órgãos pertinentes.

5.12. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, não será rescindido o contrato em execução com o CONTRATADO inadimplente.

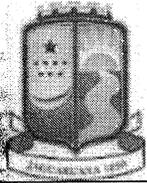
5.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.13.1. O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;



N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. O preço contratado será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro que venha a substituí-lo

6.2. Nos reajustes subseqüentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste, sendo formalizados por meio de apostilamento

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

7.1. Os serviços serão executados mediante Empreitada por preço unitário.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

8.1. O início da execução dos serviços será dado a partir da data de assinatura da Ordem de Serviço, conforme especificações descritas no Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Presencial nº 042/2019-PP.

8.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 2 (dois) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas do CONTRATADO, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do CONTRATADO pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

9.1. Além das responsabilidades resultantes da observância da Lei 10.520/02 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, são obrigações da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos:

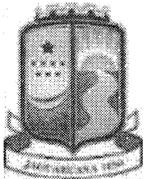
9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.1.3. Notificar o CONTRATADO por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9.1.4. Pagar ao CONTRATADO o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pelo CONTRATADO.



9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. Além das responsabilidades resultantes da observância da Lei 10.520/02 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, são obrigações do CONGRATADO:

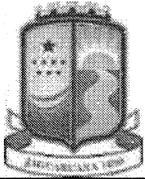
- 10.1.1.** Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;
- 10.1.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.1.3.** Manter o empregado nos horários predeterminados pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos;
- 10.1.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.1.5.** Apresentar à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 10.1.6.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos;
- 10.1.7.** Atender as solicitações da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;
- 10.1.8.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 10.1.9.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 10.1.10.** Relatar à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 10.1.11.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.1.12.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.1.13.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.1.14.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito



cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Administração, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

12.2. O representante da Administração deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

12.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos:

12.4.1. Os resultados alcançados em relação ao CONTRATADO, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

12.4.2. Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

12.4.3. A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

12.4.4. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

12.4.5. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

12.4.6. A satisfação do público usuário.

12.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.6. O representante da Administração deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pelo CONTRATADO ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Termo de Referência, no Edital, neste Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em coresponsabilidade da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o CONTRATADO às seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência por escrito;

13.1.2. Multa de mora de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato;

13.1.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

13.1.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Jaguaruana, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

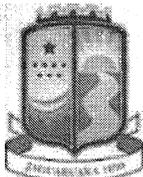
13.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

13.2. A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o CONTRATADO às seguintes penalidades:

13.2.1. Advertência por escrito;

13.2.2. Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do contrato por ocorrência, até o limite de 10% (dez por cento);

13.2.3. Em caso de inexecução total, multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;



13.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Jaguaruana, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

13.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura de Jaguaruana.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Anexo I - Termo de Referência, do Edital.

14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao CONTRATADO o direito à prévia e ampla defesa.

14.3. O CONTRATADO reconhece os direitos da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3. Indenizações e multas.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS VEDAÇÕES

15.1. É vedado ao CONTRATADO:

15.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

15.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, salvo nos casos previstos em lei.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

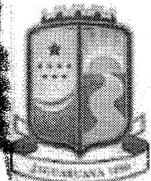
16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



Estado do Ceará
Prefeitura de Jaguaruana
Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
Administrando Para o Povo



18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária da Comarca de Jaguaruana, Ceará.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Local e Data.

.....
CONTRATANTE

.....
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

.....
CPF:

.....
CPF: